



CONGRESSO
REGIONAL

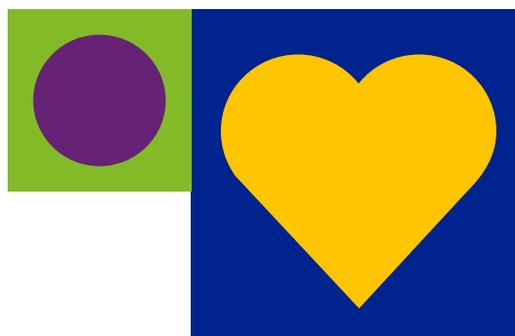
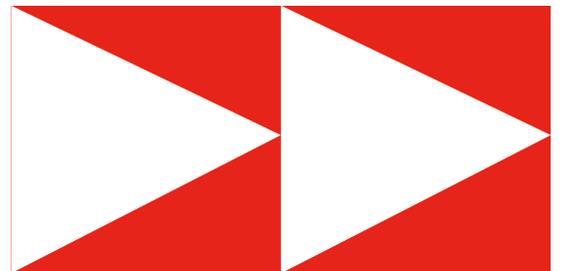
Moção Sectorial

A REALIDADE E O FUTURO

A pobreza e os rendimentos
na Madeira

Primeiro Subscritor:
José Miguel Mafra Iglésias

Militante nº 76452



PS
MADEIRA

1. Introdução

O aumento dos salários e rendimentos das famílias é a questão mais estruturante para o nosso País e em particular para a Região Autónoma da Madeira. É simplesmente fundamental para o nosso futuro coletivo.

O objetivo de erradicação da pobreza é sem dúvida uma das mais nobres e importantes missões que a governação pode almejar, tendo em conta que melhorar o nível de vida e aumentar os rendimentos das famílias tem um efeito exponencial na estrutura económica e social das sociedades, permite a redução dos gastos e prestações sociais públicas, permite a melhoria da educação e qualificação dos jovens e famílias, e com isso interromper a reprodução intergeracional da pobreza, contribui para a diminuição das desigualdades, e para a melhoria dos índices económicos, em particular do consumo interno.

É inquietante que antes de qualquer prestação social, a taxa de risco de pobreza em 2020 em Portugal atingisse os 43,5%, superior ao que era no início do milénio, em 2000 situava-se nos 37%. Pagamos ainda o período entre 2011 e 2015, liderados pelo PSD-CDS de Passos Coelho e Paulo Portas, onde a taxa de risco de pobreza todos os anos situou-se acima dos 46%. Igualmente a crise pandémica teve um enorme efeito nos rendimentos das famílias, tendo estes indicadores piorado em relação a 2019.

Esta situação só é revertida tendo em conta as transferências sociais, sendo em 2020 de 18,4% comparando com 20% no ano de 2000.

Ou seja, se não fosse a intervenção do Estado, e as diversas prestações sociais de apoio à população, milhares de famílias viveriam neste preciso momento numa situação inaceitável, em condições piores do que há duas e três décadas atrás.

Para quem está sempre a criticar o rendimento mínimo garantido, ou contra a reivindicação do aumento das pensões e do salário mínimo deveria refletir um pouco sobre estes dados, que são o espelho do País em que vivemos.

Felizmente que a nível nacional há algo que está a mudar estruturalmente o País, e uma das principais contribuições é o aumento do salário mínimo concretizado pelo governo do PS.

Estabelecido para este ano um salário mínimo de 705 Euros, no espaço de 6 anos o salário mínimo nacional aumentou 200 Euros, uma subida de 39,6%. E ao contrário do que sempre disse o PSD e continua a dizer, tal facto não tem provocado nenhuma turbulência na economia ou nas empresas.

Pelo contrário tem-se melhorado a vida de centenas de milhares de pessoas, e providenciado os apoios e benefícios fiscais necessários às empresas para este esforço coletivo que é necessário empreender.

Há diferenças entre o PS e o PSD claras, claríssimas neste capítulo.

O PS comprometeu-se com os portugueses em aumentar até 2026 o salário mínimo para os 900 Euros, negociando igualmente em sede de concertação social, o quadro fiscal necessário para as empresas assegurarem um crescimento sustentável dos rendimentos.

Significa isto, que em menos de 10 anos o PS conseguirá aumentar o salário mínimo nacional em quase 400 euros.

É verdadeiramente significativo e substancial, se nos lembrarmos que em 2014 último ano de governação do governo PSD-CDS de Passos Coelho, o salário mínimo situava-se nos 485 euros.

O salário mínimo nacional em 6 anos de governação do PS aumentou 39,6%. Na governação do PSD e CDS não aumentou um único cêntimo entre 2011 e 2014.

E quais foram as consequências tanto dessa estagnação salarial, como agora da rápida recuperação?

Entre 2011 e 2014 a taxa de risco de pobreza já após transferências sociais aumentou todos os anos consecutivamente a nível nacional, num aumento total de 8,9%. Entre 2015 e 2019 essa mesma taxa reduziu-se consecutivamente todos os anos a nível nacional, um decréscimo de 16,9%.

O nível do salário mínimo tem um enorme impacto nos rendimentos da população, e certamente um enorme impacto nos níveis de pobreza.

2. O contexto socioeconómico da Madeira

A situação da Região Autónoma da Madeira é uma verdadeira tragédia, que se tenta camuflar e esconder. Somos neste momento a Região com os piores índices de pobreza e rendimentos do País, evidenciando os problemas estruturais no modelo económico seguido pelos sucessivos governos da Madeira, em particular desde 2015.

O legado de Miguel Albuquerque é ter transformado a Madeira na região mais pobre de Portugal.

É absolutamente preocupante que a Região Autónoma da Madeira tenha sido a região do País em 2020 com a maior taxa de risco de pobreza e exclusão social: 28,9%. Fomos ultrapassados pelos Açores, sendo a média nacional de 22,4%.

A taxa de risco de pobreza da população empregada, e já após transferências sociais, de 17,8%, apenas ultrapassada pelos Açores, e 8,3 pontos percentuais acima da média nacional.

Ou seja, mesmo a trabalhar, mesmo com um emprego e com transferências sociais, temos 17,8% da nossa população a passar extremas dificuldades de pobreza.

A Madeira foi a Região do País com maior Taxa de Privação Material Severa, uma métrica que se baseia num conjunto de 9 itens relacionados com as necessidades económicas e bens duráveis das famílias.

O PDES Madeira 2030 – Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM – já identificava, com base em dados de 2019, que o salário mínimo regional (SMN + acréscimo regional de cerca de 2,5%) representava 88,4% do Rendimento médio mensal dos assalariados madeirenses.

Vejamos a gravidade: mais de 88% dos trabalhadores assalariados madeirenses ganham o correspondente ao salário mínimo.

Seria intuitivo chegar a essa conclusão. Os dois principais sectores da economia regional, a construção civil e o turismo, são essencialmente atividades que embora gerem um VAB elevado, dependem de mão de obra intensiva e salários baixos, o que agrava os problemas no todo regional, sendo que a administração pública regional, outro dos maiores

empregadores, integra uma larga maioria de trabalhadores no escalão de assistente operacional com salários mais baixos.

Em 2019, a Madeira era a segunda região do País com o menor rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem, com um valor de 804 Euros. Os Açores tinham 798 Euros, a média no continente era de 914 Euros (dados do INE). A situação era má.

Vem entretanto a pandemia, passemos aos dados atualizados de 2021.

A Madeira é neste momento a região do País com o menor rendimento médio mensal líquido. Enquanto que no espaço de dois anos, os Açores melhoraram em 13,4% passando para os 905 Euros, e a média nas regiões do continente aumentou 10%, passando para 1008 Euros, na Madeira marcamos passo havendo apenas um aumento apenas para 884 Euros. Uma diferença de rendimentos mensal de 19 Euros para os Açores, e de 124 Euros para o continente.

Não é por acaso que aliado à taxa de pobreza somos a região do País com menor poder de compra.

Mas no meio desta desgraça há ainda pior. O rendimento médio mensal líquido dos Trabalhadores não qualificados na Madeira, abrangendo a maioria dos trabalhadores do sector da construção civil e turismo, foi de 573 Euros. Mas no que toca aos altos quadros, abrangendo políticos, dirigentes, diretores e gestores executivos, a Madeira consegue a proeza de estar no topo nacional, com o maior rendimento médio para esta categoria, com 1723 Euros.

Basicamente isto significa, que além de sermos uma região com muitos pobres, somos uma região onde grassa a desigualdade, porque também conseguimos ter pessoas a ganhar os melhores rendimentos no País.

A Região do País com a maior Taxa de risco de pobreza ou exclusão social.

A Região com a maior Taxa de privação material e social severa.

A Região com a maior Taxa de risco de pobreza após transferências sociais.

A Região com a maior Intensidade laboral per capita muito reduzida.

O legado político do atual Governo Regional é indesmentível.

3. Mais Rendimentos, Melhores Salários, Mais Autonomia

Com estes dados, não deve haver dúvidas, o nível do salário mínimo tem certamente um enorme impacto nos níveis de pobreza da nossa população. E tendo em conta estes dados, e tendo em conta que as taxas de pobreza na Madeira são ainda superiores, o acréscimo regional ao salário mínimo torna-se ainda mais importante.

A Autonomia serve para isto. Utilizarmos os instrumentos à nossa disposição para melhorarmos a qualidade de vida de todos os madeirenses e porto-santenses.

Diferencial fiscal. A aplicação do diferencial fiscal permitido pela Lei das Finanças das Regiões Autónomas tem de ser uma realidade.

Tendo em conta a recuperação da crise provocada pela pandemia, e a necessidade de voltarmos a crescer, tornarmo-nos competitivos e melhorarmos os rendimentos das famílias e empresas, é necessário que seja urgente a sua implementação em plenitude, para o IRS e IVA, tal como fez recentemente o Governo Regional dos Açores.

O poder de compra dos madeirenses é o mais baixo do País, 12,25% inferior à média nacional, e se retiramos o Funchal e Porto Santo, todos os restantes concelhos têm diferenças superiores a 20 e 40% em relação à média nacional (o 2º concelho mais populoso da Região, Santa Cruz, tem um poder de compra per capita 28,63% inferior à média nacional), pondo a nú as assimetrias económicas e sociais do nosso território, alavancadas pelos impostos desproporcionalmente elevados tendo em conta a nossa situação ultraperiférica.

É uma medida de âmbito fiscal que terá um impacto substancial nos rendimentos das famílias, e num maior crescimento da atividade das empresas.

A pobreza infantil é um factor acrescido de preocupação para o PS, sendo que defendemos um envolvimento muito grande da Secretaria Regional de Educação, para a implementação de políticas que acabem com os factores estruturais da pobreza intergeracional.

Uma gratuitidade universal do ensino obrigatório e apoios para o ensino superior, creches, alimentação garantida para todas as crianças e jovens

em idade escolar, apoios financeiros e materiais em todos os níveis de ensino para garantir uma formação integral dos jovens madeirenses, incluindo transportes escolares, bem como apostar cada vez mais no ensino profissional e nas políticas de educação não formal.

É necessário combater com todos os meios possíveis o abandono escolar estrutural que se verifica na Madeira, e reduzir substancialmente o número de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação. São factores que eternizam as situações de pobreza e exclusão social, e tem de haver um claro investimento regional na resolução destas matérias.

A resolução das carências habitacionais da Região devem ser efetivamente uma prioridade, e no Plano de Recuperação e Resiliência estão previstos 136 Milhões de Euros para o reforço da oferta da habitação na RAM. O que não nos parece uma boa opção é ao invés de se construir nova habitação, e aproveitarmos inclusivamente esses instrumentos para reforçar a coesão territorial nos concelhos rurais que enfrentam problemas demográficos gravíssimos, é o Governo Regional ir comprar no mercado habitacional privado os fogos que necessita para cumprir com as metas delineadas. O último Censos revelou que a oferta habitacional na Madeira nos últimos 10 anos aumentou de 129.643 alojamentos para 130.840 alojamentos, mas a população residente diminuiu bruscamente de 267.785 para 251.060 residentes. Ou seja, temos mais habitação disponível, menos população residente, mas os preços do mercado imobiliário têm aumentado de forma exponencial, dificultando imenso o acesso das famílias madeirenses a uma habitação condigna.

O Governo ao optar pela compra, além de ser uma opção que implicará mais custos para o erário público, continuará a desvirtuar o mercado imobiliário, e prejudicar uma enorme franja na população que devido à especulação imobiliária crescente não consegue arrendar nem adquirir casa própria a custos sustentáveis. Ao invés de atenuar o problema, ainda iremos piorar o contexto do mesmo.

Outro ponto fundamental para o PS Madeira são as medidas e programas sociais regionais neste momento já implementados, serem alvo de uma

avaliação e medição dos seus resultados e impactos, de modo a aferir se vale a pena continuar a investir em medidas obsoletas e redundantes, ou recalibrar e investir ainda mais nas que efetivamente têm tido retorno social e económico para a população mais carenciada.

Não aceitaremos que o Governo Regional rejeite medidas que consideramos fundamentais para a resolução destes problemas com o argumento orçamental, quando se gasta os mesmos valores em rubricas e áreas que porventura não conseguem quebrar com a raiz destes gravíssimos problemas.

O novo Governo da República tem no seu programa objetivos concretos para combater estas realidades.

Aumentar até 2026 o peso das remunerações no PIB em 3 pontos percentuais para atingir o valor médio da União Europeia – ou seja, aumentar o rendimento médio por trabalhador em 20% entre 2021 e 2026.

A valorização do rendimento dos mais jovens, num esforço partilhado entre empresas (por via da valorização salarial) e Estado (por via do alargamento do IRS Jovem, abrangendo mais jovens, durante mais anos);

A continuidade ao desenvolvimento de mecanismos que acentuem a progressividade do IRS, concluindo a revisão de escalões, de forma a desagrar os impostos sobre o rendimento das classes médias e assegurar uma maior equidade no tratamento de todos os tipos de rendimentos.

São medidas e políticas nacionais que irão beneficiar os madeirenses e porto-santenses, que serão aqui replicadas, e que irão beneficiar as nossas condições de vida.

O Governo da República tem também como objetivo reduzir a taxa de pobreza para o conjunto da população para 10%, em 2030 – significa isto, termos menos 660 mil pessoas em situação de pobreza. Um enorme avanço.

Reduzir para metade a pobreza infantil – menos 170 mil crianças em situação de pobreza.

Reduzir para metade a taxa de pobreza entre os trabalhadores – menos 230 mil trabalhadores em situação de pobreza.

Defendemos que apenas com uma concertação de políticas a nível regional e nacional será possível à Região Autónoma da Madeira recuperar do pódio nacional da pobreza e dos baixos rendimentos.

Apenas com um Governo Regional do PS Madeira será possível esse desiderato.